

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 080/2019-PGJ, DE 14.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2013/2018, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4649/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 112/2019-PGJ, DE 16.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva 16 (dezesesseis) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 9 a 24.1.2019, nos termos do artigo 139, inciso III, e 150, *caput*, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 115/2019-PGJ, DE 16.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4116/2018-PGJ, de 5.12.2018, publicada no DOMP nº 1873, de 7.12.2018, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão da Procuradoria-Geral de Justiça, integrada pelo Procurador-Geral de Justiça e pelos Procuradores-Gerais Adjuntos de Justiça, referente ao 1º semestre de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
28.1 (18h01min) a 4.2.2019 (7h59min)	Olavo Monteiro Mascarenhas	98191-4800
18 (18h01min) a 25.2.2019 (7h59min)	Helton Fonseca Bernardes	98478-2353

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
28.1 (18h01min) a 4.2.2019 (7h59min)	Helton Fonseca Bernardes	98478-2353
18 (18h01min) a 25.2.2019 (7h59min)	Olavo Monteiro Mascarenhas	98191-4800

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 085/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 14º Promotor de Justiça de Dourados, Elcio Felix D’Angelo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, a partir de 13.1.2019, pelo período de 1 (um) ano; e tornar sem efeito a Portaria nº 4346/2018-PGJ, de 17.12.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 086/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 14º Promotor de Justiça de Dourados, Eteocles Brito Mendonça Dias Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, a partir de 7.1.2019, pelo período de 1 (um) ano; e revogar, na mesma data, a Portaria nº 139/2018-PGJ, de 15.1.2018, que designou o Promotor de Justiça Izonildo Gonçalves de Assunção Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 097/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Izonildo Gonçalves de Assunção Junior 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2013/2018, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4648/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 098/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho 6 (seis) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes aos quinquênios de 1984/1989 e 1989/1994, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4650/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 099/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2013/2018, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4672/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 108/2019-PGJ, DE 16.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar 6 (seis) dias de licença para tratamento de saúde, nos períodos de 11 a 13.12.2018 e 17 a 19.12.2018, nos termos do artigo 139, inciso II, e 150, *caput*, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 110/2019-PGJ, DE 16.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Dourados, Juliano Albuquerque, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 14 a 30.1.2019, em razão de licença da titular, Fabrícia Barbosa Lima.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 111/2019-PGJ, DE 16.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Bonito, João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência designada para o dia 22.1.2019, às 13h30min, na comarca de Miranda, referente à Carta Precatória Criminal nº 0001266-40.2018.8.12.0015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 113/2019-PGJ, DE 16.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura 11 (onze) dias de licença para tratamento de saúde, no dia 7.1.2019 e no período de 8 a 17.1.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e 150, *caput*, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 114/2019-PGJ, DE 16.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 9 a 11.1.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e 150, *caput*, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 118/2019-PGJ, DE 16.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 66ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Helen Neves Dutra da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 72ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, Casa da Mulher Brasileira, no dia 16.1.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 119/2019-PGJ, DE 16.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça da comarca de Rio Negro, Thiago Bonfatti Martins, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar na 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã, a partir de 28.1.2019, pelo período de 30 (trinta) dias.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 120/2019-PGJ, DE 16.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 28.1.2019, a Portaria nº 4398/2018-PGJ, de 19.12.2018, que designou a 3ª Promotora de Justiça da comarca de Sidrolândia, Clarissa Carlotto Torres, para responder pela 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 122/2019-PGJ, DE 16.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 28.1.2019, a Portaria nº 2351/2018-PGJ, de 9.7.2018, que designou o 3º Promotor de Justiça da comarca de Paranaíba, Leonardo Dumont Palmerston, para coadjuvar a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 123/2019-PGJ, DE 16.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça George Cassio Tiosso Abbud, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 38ª Zona Eleitoral, a partir de 27.1.2019, pelo período de 2 (dois) anos.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 084/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Ana Laura Mariano Trivellato para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 087/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestora e fiscal do Contrato nº 107/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/4482/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 088/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestora e fiscais do Contrato nº 109/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/4639/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 089/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 100/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Cristiano Lopes Baes, Técnico II; 2) Fiscal – Elvey Tessaro Andrade, Analista/Engenharia Elétrica; 2.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/4377/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 090/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestor e fiscais do Contrato nº 102/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2.1) Suplente – Emilia Akemi Sakiyama Nakasato, Técnico I (Processo PGJ/10/3431/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 091/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestora e fiscal do Contrato nº 108/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/4637/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 092/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 104/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Cristiano Lopes Baes, Técnico II; 2) Fiscal – Elvey Tessaro Andrade, Analista/Engenharia Elétrica; 2.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/4391/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 093/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 103/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 2.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura (Processo PGJ/10/3836/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ, DE 10.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Afonso Luiz Taveira	2017/2018	15.2 a 6.3.2019			7 a 16.3.2019
Andrezza Barbosa dos Anjos	2017/2018	8 a 27.3.2019			18 a 27.2.2019
Beatriz Almeida Ribeiro	2017/2018	11 a 20.2.2019	15 a 24.7.2019		1º a 10.2.2019
Bruna Berto de Castro	2018/2019	2 a 11.5.2019	14 a 23.10.2019		4 a 13.2.2019
Bruno Zanatto Macedo	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	8 a 17.7.2019	10 a 19.12.2019	
Caio Ferreira Campos	2018/2019	29.7 a 7.8.2019	14 a 23.10.2019		11 a 20.2.2019
Cassyana Fontoura Rocha	2018/2019	13 a 22.2.2019	22.4 a 1º.5.2019		25.2 a 6.3.2019
Cecilio Leandro Echeverria	2017/2018	11.2 a 2.3.2019			1º a 10.2.2019
Christiane Naomi Hiratsuka	2015/2016	18 a 27.2.2019	15 a 24.5.2019	11 a 20.9.2019	
Cícero dos Santos Alves	2017/2018	11.2 a 12.3.2019			
Claudia Cintra Pereira Neves Regasso	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	22 a 31.7.2019	1º a 10.10.2019	
Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan	2018/2019	28.2 a 9.3.2019	15 a 24.7.2019		18 a 27.2.2019
Diego Servulho da Silva Maluf Ferreira	2016/2017	7 a 26.3.2019			18 a 27.2.2019
Edmilson Dutra Nogueira	2016/2017	14.10 a 2.11.2019			11 a 20.2.2019
Eliene Marta Breguedo do Nascimento Machado	2016/2017	4 a 23.2.2019			25.2 a 6.3.2019
Elisman da Costa Vargas	2018/2019	18 a 27.3.2019	7 a 16.10.2019		4 a 13.2.2019
Estefany de Oliveira Pezzi	2017/2018	6 a 15.5.2019	1º a 10.10.2019		4 a 13.2.2019
Everton Aparecido Fernandez de Arruda	2018/2019	2 a 21.5.2019			25.2 a 6.3.2019
Ewerton Cardoso da Silva	2018/2019	9 a 18.7.2019	11 a 20.12.2019		1º a 10.12.2019
Fabiano Alves Davy	2017/2018	18 a 27.3.2019	1º a 10.7.2019		1º a 10.2.2019
Fernanda Aparecida Astolphi Ribeiro	2017/2018	10 a 19.6.2019	5 a 14.11.2019		1º a 10.2.2019
Gabriella Bortolotto de Souza	2017/2018	11.2 a 2.3.2019	5 a 14.8.2019		
Isabele Morgado Almeida	2018/2019	8 a 17.4.2019	27.8 a 5.9.2019		18 a 27.2.2019
Jean Claud Borges Maciel Pinheiro	2014/2015	9 a 18.4.2019	5 a 14.11.2019		4 a 13.2.2019
Jefferson do Amaral Rodrigues	2018/2019	8 a 17.2.2019	14 a 23.10.2019		18 a 27.2.2019
João Marcelo Ribeiro dos Santos	2016/2017	15 a 24.7.2019	10 a 19.12.2019		2 a 11.2.2019
Jorge Luiz Dias	2018/2019	20.2 a 1º.3.2019	10 a 19.12.2019		11 a 20.3.2019
Juliana de Oliveira Ayala	2016/2017	11.2 a 2.3.2019			7 a 16.3.2019
Juliana Depieri Sgorla	2018/2019	15 a 24.7.2019	1º a 10.10.2019		1º a 10.2.2019
Juliana Spengler Vavas	2014/2015	10 a 19.6.2019	14 a 23.10.2019		11 a 20.2.2019
Juliane Giroux Alvarenga	2017/2018	6 a 15.2.2019	3 a 12.7.2019		27.2 a 8.3.2019
Karla Christine Nogueira Farias	2016/2017	20.2 a 1º.3.2019	18 a 27.9.2019		4 a 13.2.2019
Keyla Pereira Yoshimura	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	8 a 17.7.2019		2 a 11.3.2019
Laura Regina Barbosa Victor Chaparim	2018/2019	8 a 17.7.2019	1º a 10.10.2019		13 a 22.2.2019
Leonardo Bertaglia Agostinho	2016/2017	20.2 a 1º.3.2019	8 a 17.7.2019	5 a 14.11.2019	
Leonardo Dágua da Silva	2018/2019	15 a 24.7.2019	18 a 27.11.2019		4 a 13.2.2019
Liza Lacerda de Barros Rocha	2016/2017	9 a 18.4.2019	8 a 17.7.2019		4 a 13.2.2019
Lucas Sanches Tizzo	2018/2019	8 a 17.7.2019	14 a 23.10.2019		19 a 28.2.2019
Luís Henrique Zaidan Blecha	2018/2019	20.2 a 1º.3.2019	16 a 25.9.2019		4 a 13.2.2019
Luiz Fernando Koyanagi	2018/2019	11 a 20.3.2019	14 a 23.10.2019		18 a 27.2.2019

Marcio Lopes	2017/2018	21.2 a 2.3.2019	29.7 a 7.8.2019		1º a 10.10.2019
Marcos Antonio David dos Santos	2016/2017	12 a 31.1.2019			4 a 13.2.2019
Maria Alice da Silva Paiva Ramos	2017/2018	8 a 27.3.2019			19 a 28.2.2019
Maria Aparecida Gomes Bispo	2017/2018	8 a 17.7.2019	7 a 16.1.2020		4 a 13.2.2019
Maria Graciê Sanches	2017/2018	8 a 27.1.2019	15 a 24.7.2019		
Marilucy Vasconcelos Cavalcante Antoniassi	2017/2018	4 a 23.2.2019			1º a 10.3.2019
Mariucha Segatto Chadid	2018/2019	16.1 a 14.2.2019			
Mayara Vaz Cardeal Lima	2018/2019	20 a 29.5.2019	30.10 a 8.11.2019		5 a 14.2.2019
Milton Estevão Corrêa	2016/2017	20.2 a 1º.3.2019	10 a 19.6.2019		4 a 13.2.2019
Pâmella Polli Curcino da Silva Dutra	2017/2018	22 a 31.1.2019	17 a 26.6.2019	14 a 23.10.2019	
Paola Reginato Pereira	2018/2019	20.2 a 1º.3.2019	1º a 10.10.2019		11 a 20.3.2019
Paula da Cunha Bulhões	2017/2018	6 a 15.5.2019	1º a 10.10.2019		1º a 10.2.2019
Reginaldo de Oliveira Vilanova	2017/2018	15 a 24.7.2019	10 a 19.12.2019		4 a 13.2.2019
Sabrina Lopes Baes	2017/2018	7 a 16.1.2019	1º a 10.7.2019		17 a 26.1.2019
Silmara Diniz Paulino da Rocha	2017/2018	24.6 a 3.7.2019	18 a 27.11.2019		4 a 13.2.2019
Thais de Oliveira Carvalho	2016/2017	18 a 27.3.2019	19 a 28.8.2019		11 a 20.2.2019
Thaynara Garcia de Souza	2016/2017	20.2 a 1º.3.2019	14 a 23.10.2019		10 a 19.2.2019
Vagner Marques Mercadante	2018/2019	15 a 24.7.2019	14 a 23.10.2019		4 a 13.2.2019
Vanusa Weber	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	22 a 31.5.2019		8 a 17.1.2019
Vítor Avila Barsotti	2017/2018	18 a 27.3.2019	15 a 24.7.2019		11 a 20.2.2019
Wagner Carstens Marques de Sousa	2016/2017	11.2 a 2.3.2019			1º a 10.2.2019
Waleska Pinto Luiz	2017/2018	18 a 27.2.2019	5 a 14.8.2019	2 a 11.12.2019	
Walmir Lugão Marques Porto	2017/2018	7 a 26.1.2019			27.1 a 5.2.2019
Yasmin Borges Brito	2017/2018	8 a 17.7.2019	14 a 23.10.2019		1º a 10.2.2019

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 072/2019-PGJ, DE 14.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Christiane Naomi Hiratsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 7 a 18.1.2019, em razão de férias e licença compensatória referente ao serviço prestado à Justiça Eleitoral da servidora Elaine do Nascimento Malheiros Freitas.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 094/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Priscilla Nóbrega Coelho, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 16.1.2019, em razão de férias da servidora Keila Fabrícia Gongora Rodrigues.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 095/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Karina Soares Loureiro, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 73ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 32ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7.1 a 5.2.2019, em razão de férias do servidor Gerson Estevam da Silva Junior.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 096/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Tânia Pedro Queiroz Matheus, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 7.1.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO**

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Procurador-Geral Justiça, Paulo Cezar dos Passos; e FINANCEIRA ALFA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, neste ato representado por Joseli Aparecida Faustini e por Luisa Freitas Assumpção.

Processo: PGJ/10/4287/2016

Amparo Legal: Artigo 116, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações; Decreto Estadual nº 11.261/2003; e Resolução nº 17/2018-PGJ/2018.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência deste Convênio por mais 24 (vinte e quatro) meses, com fundamento no artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e no artigo 8º, §2º, do Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003; alterar a denominação da Secretaria de Recursos Humanos para “SRH”; alterar a adequação da fundamentação legal, constante na Cláusula Segunda e no item 5.3, da Cláusula Quinta, em decorrência da revogação do Ato nº 460/PGJ/MP-MS/99, de 5 de julho de 1999; incluir o “pensionista” nos itens 3.3., 3.4. e 3.7., da Cláusula Terceira; no item 4.2., da Cláusula Quarta; nos itens 5.4. e 5.7., da Cláusula Quinta; no item 6.2., da Cláusula Sexta; e no item 7.2., da Cláusula Sétima.

Vigência do Convênio: 17.02.2019 até 16.02.2021.

Data da assinatura: 11 de dezembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 110/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/4640/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2- **NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME**, representada por **Nixon Vieira Franco**. Procedimento licitatório: vinculado ao **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018** e à **Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018**.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 2 (duas) unidades de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI12B2IA HVFE12B2IA; tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 12.000 BTU's; serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V; 2 (duas) unidades de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 18.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI18B2IA HVFE18B2IA; tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 18.000 BTU's; serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 BTU's, 220V; 12 (doze) unidades de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI24B2IA HVFE24B2IA; tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 24.000 BTU's; serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU's, 220V; 1 (uma) unidade de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 30.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A, B ou C. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN ECOLOGIC HLF30B2FA/HLFE30B2NA; tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 30.000 BTU's; e serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 30.000 BTU's, 220V, para atender o prédio das Promotorias de Justiça – Unidade Ricardo Brandão. Valor contratual total: R\$ 26.385,00 (vinte e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2018NE000186 e 2018NE000187, de 19.12.2018.

Vigência: 21.12.2018 a 21.12.2019.

Data de assinatura: 21 de dezembro de 2018.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000188 DE 14.01.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0107/2019.

Credor: MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 14/PGJ/2018.**

Objeto: Aparelho Telefônico, teclado decádico e multifrequencial, cinco funções: teclas MUTE, MODE, FLASH, PAUSE e LND, dois níveis de campainha, compatível com centrais de PABX, com tempo de flash programado de fábrica 300ms, na cor pérola ou branco. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Intelbrás, HDL Legrand, Siemens. Marca/Modelo: Intelbras TC5000 (item 11) e aparelho telefônico sem fio, com as seguintes características mínimas: Frequência de alcance: 1.9 GHz ou superior; tecnologia DECT; discagem rápida para 10 números ou superior; LED no fone para sinalização; 5 opções de volume no mínimo; tom de tecla; flash programável; tecla mudo; aviso sonoro e visual de “fora de alcance” e sonoro de “bateria baixa”; bateria de 96h em modo repouso e 9h em uso contínuo ou superior; localizador de fone. identificador de chamadas; modos de discagem: pulso e tom. Funções: flash, mute, rediscar. Bivolt. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: Intelbras TS40 (item 12).

Valor: R\$ 2.955,00 (dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000188 de 14.01.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/PGJ/2018

Extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/PGJ/2018 – Publicada no DOMP-MS nº 1.714, de 16 de abril de 2018 (página 90), republicada no DOMP-MS nº 1.714, de 16 de julho de 2018 (página 19) e republicada no DOMP-MS nº 1.838 de 16 de outubro de 2018 (página 5 a 9) - Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993. **PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/PGJ/2018 – SRP**

DO OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de água mineral (galão com 20 litros), para atender às Promotorias de Justiça da Comarca de Dourados/MS, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Água mineral, não-gasosa, galão, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: Santa Inês. Empresa vencedora: COMERCIAL S.B.S. EIRELI.	un.	1500	11,19

Validade da Ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS)

Data de assinatura: 11 de abril de 2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/PGJ/2018

Extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/PGJ/2018 – Publicada no DOMP-MS nº 1.837, de 15 de outubro de 2018 (página 13) - Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/PGJ/2018-SRP

DO OBJETO: Registro de Preços unitários para eventual aquisição de painel de vidro temperado incolor, adesivado, para a fixação de avisos e/ou divulgação de campanhas e eventos nas sedes do Ministério Público Estadual.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	<p>Painel de vidro temperado incolor, com 8mm de espessura, largura de 1,10m e altura de 1,30m. 4 (quatro) espaçadores metálicos cromados, com diâmetro de 2,5cm e prolongador com 2 cm, sendo instalados 2 (dois) espaçadores na borda superior e 2 (dois) espaçadores na borda inferior.</p> <p>O painel deverá ser adesivado com adesivo fosco, fundo branco e logomarca do MPMS nas cores preto, azul e verde. Dimensões: 1,10m de largura e 0,10m de altura, conforme imagem ilustrativa (Anexo I).</p> <p><u>OBS.</u>: Juntamente com o painel, deverá ser fornecido o kit para instalação, incluindo parafusos e buchas.</p> <p>Marca: Hbt.</p>	Unidade	50	427,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 05 de outubro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0001/2019/01PJ/AMB

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Amambai - MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000102-9, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4.601, centro, nesta Cidade e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual no endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000102-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Penitenciária de Amambai - PAM

Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência ao Albergado de Amambai

Assunto: Acompanhar e fiscalizar os estabelecimentos prisionais da Comarca de Amambai, registrando as atividades de inspeção e/ou visitas relativas ao ano de 2019.

Amambai/MS, 15 de janeiro de 2019.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

BONITO

EDITAL N.º 0002/2019/01PJ/BTO

MP n.: 06.2018.00002710-4

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002710-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, Vila Donária, Bonito-MS - CEP 79290-000 Telefone: (67) 3255-4570. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002710-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto – Apurar eventual ilegalidade na contratação do médico Laércio Tadeu Ferreira de Miranda, através de sua Clínica Médica Gonçalves e Miranda Ltda.

Bonito, 11 de janeiro de 2019

JOÃO MENECHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

CHAPADÃO DO SUL

EDITAL N.º 01/2019/2ªPJCS

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000070-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Paraíso das Águas

Assunto: Apurar a (in)adequação da coleta e disposição final de resíduos sólidos no município de Paraíso das Águas, bem como as condições de seu transbordo e eventuais danos ambientais decorrentes.

Chapadão do Sul-MS, 16 de janeiro de 2019.

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotora de Justiça

IGUATEMI

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio por meio de seu representante institucional abaixo assinado, faz saber a quem possa interessar que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2019, referente aos documentos da Promotoria de Justiça de Iguatemi, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06.11.2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Promotoria de Justiça de Iguatemi até o dia 23.01.2019, às 18h.

Iguatemi, 15 de janeiro de 2019.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2019

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça de Iguatemi		PROCEDÊNCIA – Promotoria de Justiça de Iguatemi	
Órgão / Setor: Gabinete/Apoio		Órgão / Setor: Gabinete/Apoio	
TIPO DOCUMENTAL Classe/Subclasse: 000.001; Classe/Subclasse: 000.002; Classe/Subclasse: 000.003; Classe/Subclasse: 000.005; Classe/Subclasse: 000.011.	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	ANO INICIAL 2013	ANO FINAL 2016
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL Controle de Andamento de Processo -e Correspondências – 2013, 2014, 2015, 2016; Correspondências expedidas (ofícios, memorandos, e-mails, cartas, etc) – 2013, 2014, 2015 e 2016; Correspondências recebidas (ofícios, memorandos, e-mails, cartas, etc) – 2013, 2014, 2015 e 2016; Requisições de materiais de consumo – 2013, 2014, 2015 e 2016; Certidões expedidas - - 2013, 2014, 2015 e 2016;			
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Data do preenchimento: Marcos Andraos Mokayad Ferro, Técnico I, Mat. 800977-5			

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANGÉLICA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 0001/2019/PJ/AIC

Estabelece as diretrizes a serem observadas pelo apoio administrativo da Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS quanto à elaboração e execução de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter requisitório ou decisório.

O Promotor de Justiça, Dr. Anthony Állison Brandão Santos, no exercício de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Promotoria de Justiça de Angélica faz uso regular do Sistema SAJ-MP, o qual confere maior celeridade e organização ao trâmite dos procedimentos judiciais e extrajudiciais sob responsabilidade do Ministério Público;

CONSIDERANDO o teor do art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 14/2017-CPJ, que regulamenta a tramitação dos procedimentos judiciais e extrajudiciais eletrônicos do âmbito do MPMS, *in litteris*:

Art. 1º [...] Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta resolução aos inquéritos civis, procedimentos preparatórios, procedimentos de investigação criminal, procedimentos administrativos, notícias de fato e demais procedimentos extrajudiciais em tramitação no âmbito do Ministério Público nos termos desta resolução, aos processos judiciais em que oficia o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, bem como aos registros de protocolo e de atendimento ao público;

CONSIDERANDO que o art. 19 da Resolução nº 14/2017-CPJ, que regulamenta a tramitação dos procedimentos judiciais e extrajudiciais eletrônicos no âmbito do MPMS, já estabelece a atribuição do apoio administrativo da Promotoria de Justiça para alguns atos ordinatórios, sem necessidade de delegação:

Art. 19. Os documentos que veiculem respostas, recursos, manifestações e outras categorias de petição entregues ao Ministério Público em formato físico serão digitalizados e juntados aos autos de processo judicial ou extrajudicial eletrônico pelos órgãos de apoio das Promotorias e Procuradorias de Justiça; (grifo nosso)

CONSIDERANDO que a delegação da prática dos atos meramente ordinatórios aos órgãos de apoio administrativo, nos procedimentos internos da Promotoria de Justiça, é medida salutar para gestão interna e significa economia de tempo para o órgão de execução;

CONSIDERANDO que a Emenda Constitucional nº 45/2004, que promoveu a reforma do Poder Judiciário, inseriu, em seu art. 93, XIV, que os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório e, da mesma forma, o art. 129, IX, §4º, dispõe que as diretrizes mencionadas no citado dispositivo constitucional se aplicam ao Ministério Público, no que couber;

CONSIDERANDO que, consoante o art. 203, § 4º, do Código de Processo Civil, “*Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário*”;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 21 da Resolução nº 15/2007-PGJ, segundo a qual “*O presidente poderá expedir portaria interna em que constem os atos de mero expediente que o Oficial de Promotoria realizará independentemente de determinação expressa*”;

CONSIDERANDO que há, portanto, norma interna que autoriza aos órgãos de execução a delegar aos órgãos de apoio administrativo a prática de atos meramente ordinatórios nos procedimentos de responsabilidade do Ministério Público, o que está em harmonia com os preceitos constitucionais e infraconstitucionais vigentes;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, alínea “e”, da Resolução nº 2/2001-PGJ, a qual normatiza a denominação dos atos expedidos pelos órgãos do Ministério Público, sendo que “os atos da administração do Ministério Público deverão obedecer à seguinte classificação: [...] e) Ordem de Serviço, o ato praticado pelo Procurador-Geral de Justiça e pelos demais órgãos de administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e auxiliares (Centros de Apoio, Comissão de Concurso, Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e órgãos de apoio administrativo), quando dirigido a funcionários do quadro de serviços auxiliares, com a finalidade de determinar serviços específicos ou criar normas gerais de caráter interno, prescrevendo o modo de atuação dos subordinados em relação a determinado serviço, respeitadas as resoluções dos órgãos de Administração Superior; (grifo nosso)”

CONSIDERANDO ser imprescindível a simplificação das formas do processo diante da nova realidade e ideologia do processo, com registros e estrutura interna segura;

CONSIDERANDO a aplicação analógica dos arts. 152, I, e 250, VI, do Código de Processo Civil, que autorizam, no âmbito do processo judicial, o escrivão ou chefe de secretaria a firmar alguns atos de comunicação do Poder Judiciário, tendo em vista que a desburocratização, com a retirada do órgão de execução da prática de atos de mero expediente, permite economia de tempo para a análise de questões fáticas e jurídicas mais relevantes para a preservação do interesse público e de decisões próprias do órgão de execução, permitindo que o cartório/secretaria redija, expeça, assine e cumpra os atos de mera comunicação às partes e, ainda, as solicitações por ordem expressa do Promotor de Justiça, desde de que não possuam caráter requisitório ou decisório;

RESOLVE:

Capítulo 1 - DO RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

Art. 1º. O apoio administrativo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS, constituído pelo Assessor Jurídico e pelo Técnico I, receberá os documentos a ela destinados pelos seguintes meios:

- I - físico/presencial;
- II - postal;
- III – correspondência eletrônica¹;
- IV - remessa de protocolo unificado no sistema SAJ/MP.

Parágrafo único – Todo documento, independentemente da forma de recebimento, deverá ser cadastrado como protocolo unificado no sistema SAJ/MP.

¹ pjdeodapolis@mpms.mp.br

Art. 2º. Ao apoio administrativo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS incumbe:

I - receber, digitalizar e cadastrar, conforme taxonomia do CNMP, os documentos endereçados à Promotoria de Justiça de Angélica/MS, mantendo o respectivo arquivo digital;

II – os documentos recebidos em resposta a requisições, solicitações ou pedidos de providência realizados pela Promotoria de Justiça de Angélica/MS serão identificados através de termo próprio, e imediatamente juntados nos respectivos procedimentos;

III – os documentos recebidos, não vinculados à requisições, solicitações ou pedidos de providência realizados pela Promotoria de Justiça de Angélica/MS, serão identificados através de termo próprio e movidos ao subfluxo “Ag. Análise do Membro” do fluxo denominado “Protocolo Unificado” do sistema SAJ/MP, para emissão de despacho pelo Membro;

IV – o apoio administrativo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS, após cadastrar os convites no protocolo unificado, registrará o compromisso na agenda institucional da Promotoria de Justiça, procedendo-se com o arquivamento imediato do protocolo unificado.

V – as comunicações de prisão em flagrante, após a juntada da manifestação judicial respectiva, serão imediatamente arquivadas.

Parágrafo único – O apoio administrativo deverá alertar o órgão de execução sempre que a manifestação judicial respectiva à comunicação de prisão em flagrante recebida não for disponibilizada dentro de 24 horas.

Capítulo 2 - DO REGISTRO DE ATENDIMENTO

Art. 3º. Ao apoio administrativo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS, incumbe registrar, alimentar com todos os dados do atendimento, movimentar e acompanhar os registros de atendimento que, obrigatoriamente, deverão ser feitos pelo sistema informatizado SAJ/MP, observadas as hipóteses previstas no art. 33 da Resolução nº 14/2017/CPJ.

Capítulo 3 - DOS ATOS DE MERO EXPEDIENTE

Art. 4º. O apoio administrativo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS, com fulcro no presente instrumento de delegação e a fim de cumprir os despachos deste órgão de execução, expedirá e assinará ofícios, certidões, termos de juntada, relatórios e demais expedientes necessários, sendo vedada a assinatura de requisições, notificações e expedientes direcionados à Administração Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul e das autoridades elencadas no art. 22, § 3º, da Resolução nº 15/2007-PGJ.

Capítulo 4 – DA CONCLUSÃO DE DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Art. 5º. O apoio administrativo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS fará conclusão no sub-fluxo “Ag. Análise do Promotor de Justiça” nas hipóteses de:

I – juntada de novos documentos;

II - atendimento à determinação;

III – transcurso do prazo de ofícios, diligências, notificações, ordens de serviço ou qualquer outra providência determinada;

IV – agendamento do comparecimento de pessoas, certificando-se a hipótese de não comparecimento;

V – finalização de documentos (ofícios, notificações, minutas etc.) em atendimento à determinação ou despacho para assinatura do Promotor de Justiça;

Parágrafo único - A fila "Ag. Cumprimento" é destinada ao cumprimento das determinações ou providências do procedimento. O apoio administrativo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS apenas poderá mover para a fila pertinente após conferir se houve cumprimento dos despachos dos autos ou providências faltantes.

Capítulo 5 – DO LIVRO DE REGISTRO DE ATENDIMENTO DO PLANTÃO

Art. 6º. O apoio administrativo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS ficará responsável pela guarda, administração e anotações do livro físico de registro de atendimento em plantão.

Parágrafo único – No primeiro dia útil subsequente ao plantão, o apoio administrativo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS, após fazer as devidas anotações, comunicará as Promotorias de Justiça da região do plantão, encaminhando-lhes cópia das manifestações realizadas no plantão, conforme determinado na resolução ministerial afeta ao plantão:

Capítulo 6 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º. Esta Ordem de Serviço passará a produzir seus efeitos a partir de sua publicação no DOMPMS, devendo-se cópia ser fixada no quadro de avisos da Promotoria de Justiça de Angélica/MS e encaminhada ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para conhecimento.

Angélica/MS, 15 de janeiro de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

SETE QUEDAS

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de seu representante institucional abaixo assinado, faz saber a quem possa interessar que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2019, referente aos documentos da Promotoria de Justiça de Sete Quedas, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06.11.2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Promotoria de Justiça de Iguatemi até o dia 23.01.2019, às 18h.

Sete Quedas, 16 de janeiro de 2019.

THIAGO BARBOSA DA SILVA
Promotor de Justiça em Substituição Legal

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2019

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça de Sete Quedas		PROCEDÊNCIA – Promotoria de Justiça de Sete Quedas	
Órgão / Setor: Gabinete/Apoio		Órgão / Setor: Gabinete/Apoio	
TIPO DOCUMENTAL Classe/Subclasse: 000.001; Classe/Subclasse: 000.002; Classe/Subclasse: 000.003; Classe/Subclasse: 000.005; Classe/Subclasse: 000.011.	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	ANO INICIAL 2000	ANO FINAL 2016
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL Controle de Andamento de Processo -e Correspondências – 2000 a 2016; Correspondências expedidas (ofícios, memorandos, e-mails, cartas, etc) – 2000 a 2016; Correspondências recebidas (ofícios, memorandos, e-mails, cartas, etc) – 2000 a 2016; Requisições de materiais de consumo – 2000 a 2016; Certidões expedidas – 2000 a 2016;			
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Marcos Andraos Mokayad Ferro, Técnico I, Mat. 800977-5 Data do preenchimento: 16.01.2019			